

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS

Contrato de Autonomia

2º Relatório Anual de Progresso – 2008/09

(cf. Art. 8º da Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro)

A estrutura deste relatório traduz uma leitura sequencial e descritiva dos resultados do quadro de indicadores de referência para a verificação do cumprimento dos objectivos operacionais estabelecidos no Contrato de Autonomia para o Desenvolvimento do Projecto Educativo da Escola Secundária de Caldas das Taipas (ESCT), aprovado pela Comissão de Acompanhamento Local (CAL) e que se junta a este documento como anexo 1, após actualização com os dados do segundo ano escolar de vigência daquele contrato – 2008/09.

Neste segundo relatório, foca-se a questão do cumprimento dos objectivos operacionais estabelecidos no Art. 2º do Contrato de Autonomia. Nesse sentido, entendeu-se ainda juntar informação mais pormenorizada sobre as áreas de relevância superior, possibilitando um escrutínio mais rigoroso dos níveis de desempenho alcançados nas missões de serviço público de maior importância a que a ESCT se comprometeu no Art. 4º do Contrato de Autonomia.

Por outro lado, acrescenta-se ainda a análise da evolução dos resultados face aos verificados no ano anterior. Nesta perspectiva, assume-se uma ambição de melhoria contínua que não se acomoda ao conforto do cumprimento das metas inicialmente traçadas, nos casos em que foram já largamente ultrapassadas. Significa isto que a ESCT, além de pretender cumprir as metas contratualizadas com o Ministério da Educação, tem urgência em antecipar a sua superação, na medida em que isso representa a satisfação do contrato de serviço público que tem perante a comunidade local.

I - Objectivos operacionais e compromissos da Escola

1 – Combater o abandono desqualificado.

No que diz respeito ao combate ao abandono desqualificado, nos termos do Contrato de Autonomia, os objectivos operacionais da ESCT foram centrados na intervenção sobre os jovens nela matriculados. Aliás, nas condições de sobrelotação em que funciona, não seria razoável pedir mais. Ainda assim, pode considerar-se que, mesmo nessas condições, a ESCT tem apostado no incremento da captação de alunos para o Ensino Secundário, contribuindo para aumentar a taxa de prosseguimento de estudos secundários entre os jovens do concelho de Guimarães. Em 2007/08, a taxa de captação de primeiras matrículas cifrou-se em 93%. Isto é, tendo como referência o total de

jovens que concluiu, nesse ano, o 9º ano do Ensino Regular no território de influência da ESCT,¹ logrou-se a matrícula no 10º ano (regular e profissional) de um número de alunos equivalente a 93% daquele total.² Em 2008/09, verificou-se um novo aumento das taxas de procura da ESCT, tendo sido matriculados no 10º ano o equivalente a 106% dos alunos que concluíram o 9º ano do Ensino Regular nas referidas escolas. Entretanto, para o ano de 2009/10, apesar de fortemente limitados pelas obras de modernização, já foi alcançado um ligeiro aumento, estando esse indicador fixado no valor provisório de 107%.³ No ano de 2009/10, a ESCT acolhe 48 turmas, tendo aumentado para mais três no Ensino Secundário, que envolve 13 Cursos. Nas actuais condições de funcionamento, o aumento do secundário apenas foi viável com a manutenção da suspensão da entrada de turmas do 3º ciclo.

1.1 – Garantir taxas de Abandono Escolar Precoce inferiores a 1%.

Tal como no ano anterior, o objectivo foi plenamente atingido já que não se verificou o abandono de qualquer aluno do 3º CEB em idade de escolaridade obrigatória fixando-se novamente o resultado deste indicador em **0,0%**.⁴ As estratégias adoptadas para obter este resultado, sustentadas na intervenção dos Directores de Turma, SPO e SASE, visando a sinalização precoce de situações de risco de abandono ao longo do ano, mostraram-se eficazes na manutenção da frequência e/ou, quando pertinente, a inserção noutras ofertas formativas. Como veremos adiante, este resultado sai ainda mais valorizado pelo facto de todos os alunos que mantiveram a frequência terem tido aproveitamento.

1.2 – Conter a taxa de Saída Antecipada abaixo de 15%.

Nesta área obteve-se novamente um resultado muito acima do objectivo contratualizado. Aliás, seguindo a recomendação da CAL, o objectivo interno passou a ser melhorar o resultado do ano anterior, no qual a *Saída Antecipada*⁵ se havia fixado em 3,9%, correspondendo à saída de 9 alunos do 3ºCEB maiores de 15 anos, sem terem concluído o 9º ano. Ora, este objectivo foi alcançado com grande sucesso, na medida em que aquela taxa foi reduzida para **0,7%**, correspondendo à saída de apenas um aluno. ⁶ Entretanto, não foi possível fazer o seguimento ou recuperação deste aluno para a formação, por ter ido residir para outro concelho.

¹ Além da própria ESCT, inserem-se nesse território a E.B. 2,3 das Taipas, a E.B. 2,3 de Briteiros e a E.B. 2,3 Arquelógo Mário Cardoso, sita na vila de Ponte. Todavia, deve referenciar-se a crescente procura por parte de alunos que concluíram o 9º ano noutras escolas do concelho.

² Este número não inclui a renovação de matrículas de alunos que abandonaram ou ficaram retidos no 10º ano em 2006/07.

³ Cf. anexo 10.

⁴ Cf. anexos 3, 4 e 5.

⁵ Saída Antecipada - Indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar uma oferta formativa, em percentagem daquele grupo etário. No censo 2001, a taxa de saída antecipada era de 24% no Continente, 38% na NUT III Ave e 39% no Concelho de Guimarães. Embora as saídas aqui referenciadas não se enquadrem, de imediato, no indicador censitário, presume-se que a saída do sistema de educação e formação sem completar o nível de referência da escolaridade obrigatória compromete largamente um regresso ao sistema antes de atingir a faixa etária medida pelo indicador censitário.

⁶ Cf. anexo 3.

Finalmente, manteve-se a atenção aos abandonos e saídas entre anos lectivos, com especial mobilização do SPO e dos Directores de Turma, recorrendo, sempre que necessário à inserção dos jovens em ofertas formativas alternativas, nomeadamente CEF's, noutras Escolas ou instituições de formação. Assim importa acrescentar que todos os alunos que mantiveram a frequência do 3º ciclo renovaram as matrículas para 2009/10, incluindo os que concluíram o 9º ano e prosseguiram estudos secundários.

1.3 – Garantir taxas de abandono escolar durante o ano lectivo inferiores a 15% entre os alunos matriculados no 10º ano.

O decurso do 10º ano de escolaridade constitui-se como momento crítico para o abandono durante o Ensino Secundário, contribuindo para os elevados índices de Saída Precoce⁷ registados no país, na região e no concelho. Nessa medida, a intervenção neste fenómeno representa uma estratégia decisiva de combate ao abandono desqualificado. Na ESCT, no 1º ano de execução do Contrato de Autonomia, o objectivo foi alcançado com uma larga margem de superação, uma vez que o abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 10º ano, se fixou em 6,8%.⁸ Assim, também aqui, seguindo a proposta da CAL, o desafio passou a ser, mais do que cumprir o objectivo contratualizado com o Ministério da Educação, melhorar o resultado obtido no ano anterior. No que diz respeito a este desafio interno, este indicador foi melhorado, embora por uma reduzida margem, fixando-se em **6,1%**. Embora estes abandonos do sistema educativo possam vir a contribuir para o indicador censitário de Saída Precoce, os bons resultados obtidos ao nível das taxas de 2ªs matrículas em 2009/10 permitem esperar um substancial número de reingressos na formação formal.

1.4 – Aproximar as taxas de 2ªs matrículas no 10º ano para níveis equivalentes a 100% dos alunos retidos no 10º ano no ano lectivo anterior.

A retenção no 10º ano compele muitos jovens a sair precocemente do sistema educativo. Assim, no combate à *Saída Precoce* e ao abandono desqualificado, a obtenção de elevadas taxas de reingresso, complementa o objectivo referido no ponto anterior. No ano lectivo de 2007/08, houve 13 alunos que ficaram retidos no 10º ano, tendo-se verificado o reingresso no 10º ano da ESCT de 16 alunos que aqui tinham frequentado esse ano de escolaridade tendo abandonado ou ficado retidos, fixando o resultado neste indicador em 123%.⁹ Em 2008/09, face a 15 retenções no 10º ano, conseguiu-se o reingresso de todos eles no 10º ano de 2009/10 e de mais 4 que haviam abandonado, fixando o resultado em **127%**. Mais uma vez, a maioria dos reingressos foi concretizada numa oferta

⁷ Saída Precoce - Indivíduos entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o 12º ano e não se encontram a frequentar uma oferta formativa, em percentagem daquele grupo etário. No censo 2001, a taxa de saída precoce era de 44% no Continente, 57% na NUT III Ave e 59% no Concelho de Guimarães.

⁸ Cf. anexos 6 e 7.

⁹ Cf. anexo 10.

formativa diferente daquela em que se havia registado a primeira matrícula no 10º ano. Neste particular, a diversificação de ofertas formativas, designadamente no Ensino Profissional, mostrou-se particularmente atractiva para estes jovens. Note-se que não são aqui contabilizados os reingressos de alunos vindos de outras Escolas, nem daqueles que tinham abandonado a ESCT antes de 2008/09.

1.5 – Garantir taxas de abandono escolar durante o ano lectivo inferiores a 10%, entre os alunos matriculados no 11º ano.

No ano lectivo de 2007/08, este objectivo foi alcançado num nível muito bom uma vez que o abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 11º ano, se fixou em 2,8%. Face à margem de superação verificada, a proposta da CAL foi no sentido de melhorar esse resultado, o que veio a verificar-se no ano de 2008/09 com um resultado de **1,6%** (4 alunos).¹⁰ Importa, ainda, registar que um destes alunos que abandonaram reingressou no 11º ano em 2009/10 e que todos os alunos que mantiveram a frequência e foram retidos (5) renovaram a matrícula no 11º ano.

2 – Promover o sucesso escolar.

A generalidade dos objectivos operacionais estabelecidos para esta área de intervenção foi alcançada. Nesta secção faremos uma breve descrição dos resultados com referência aos indicadores internos e metas estabelecidas no Contrato de Autonomia. Entretanto, para possibilitar outras análises comparativas, entendemos juntar a informação de âmbito nacional disponibilizada pelo ME.¹¹ Note-se que, para análise dos resultados escolares, o ME usa o indicador estatístico “*Taxa de Retenção e Desistência*” que agrega indistintamente todos os casos de insucesso escolar (anulação de matrícula, exclusão por excesso de faltas e retenção/reprovação)

Calculado este indicador para cada um dos anos de escolaridade e para os níveis de ensino existentes na ESCT, conclui-se que se logrou obter na escola resultados melhores que os nacionais, em especial no Ensino Secundário, onde a *Taxa de Retenção e Desistência* da ESCT (**11,4%**) foi muito melhor que a nacional (**18,0%**).¹² Relativamente ao ano anterior, o resultado da ESCT melhorou em cerca de um ponto percentual.

2.1 – Obter taxas globais de aprovação superiores à da região (NUT II) no 3º ciclo do ensino básico.

O resultado global de **100,0%** obtido para o conjunto do 3º Ciclo (que em 2007/08 não incluiu turmas do 7º ano) é o melhor resultado de sempre, na ESCT, neste nível de escolaridade, superando,

¹⁰ Cf. anexo 8.

¹¹ Ao contrário do que sucedeu no ano anterior, té ao momento da conclusão deste relatório ainda não foram divulgados estes indicadores.

¹² Cf. anexo 7. O valor nacional a que nos referimos foi divulgado pelo ME, em 24 de Agosto de 2009, numa apresentação intitulada “Apresentação dos Resultados Escolares 2008/09” e reflecte dados provisórios tratados pela MISI.

seguramente, as médias regionais e representando uma substancial melhoria do resultado alcançado no ano anterior.¹³

Embora ainda não tenhamos conhecimento dos resultados nacionais relativos ao indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*”, o resultado obtido na ESCT, com 0,0% no 8º ano; 1,6% no 9º ano e 0,8% no conjunto do 3º ciclo, serão forçosamente melhores que os resultados nacionais globais das escolas do ensino público.¹⁴ Estes resultados são muito melhores que os registados em 2007/08, quer no global para o 3º ciclo (0,8% vs 13,8%), quer no que diz respeito aos resultados desagregados do 8º e 9º anos (0,0% e 1,6% vs 10,3% e 7,4%, respectivamente).

2.2 - Garantir taxas globais de aprovação no 10º ano superiores a 85% e superiores a 80% em todos os cursos

Estes objectivos foram plenamente atingidos, com o resultado global inscrito como objectivo principal a situar-se em **95,6%**, melhorando sensivelmente o resultado alcançado no 1º ano do Contrato de Autonomia que foi de 95,3%. Quanto ao segundo objectivo, visando o equilíbrio de resultados em todas as ofertas formativas, logrou-se também um bom resultado em todos os 9 cursos, sendo o mais baixo o do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas com 92%, embora correspondendo apenas a 2 retenções.¹⁵

Para efeitos de comparação, apresenta-se ainda o indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*” para o 10º ano, que na ESCT se fixou num valor de **10,6%**, melhorando também o resultado do ano anterior (12,0%). Até ao momento da conclusão deste relatório, não foi possível obter o valor deste indicador estatístico para as escolas públicas do continente.¹⁶

2.3 - Garantir taxas globais de aprovação no 11º ano superiores a 93% e superiores a 87% em todos os cursos

Estes objectivos foram alcançados, com um resultado global de **97,9%** e o resultado parcial mais baixo a fixar-se em 95% no Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias, aliás, o único dos 9 cursos onde se verificaram reprovações.¹⁷ Na comparação com 2007/08, constata-se uma ligeira descida do nível de consecução do objectivo principal, ainda que superando plenamente o valor contratualizado. Até ao momento, não foi possível obter os resultados médios nacionais do indicador “*Taxa de Retenção e Desistência*”¹⁸ para o 11º ano, pelo que o valor obtido na ESCT não pode ainda ser comparado com o resultado nacional.

¹³ Cf. anexos 3 a 5.

¹⁴ Cf. anexo 3.

¹⁵ Cf. anexo 7.

¹⁶ Cf. anexo 6.

¹⁷ Cf. anexo 8.

¹⁸ Cf. anexo 6.

2.4 – Garantir taxas de conclusão do 12º ano dos cursos qualificantes superiores a 85%.

No ano de 2008/09 este objectivo foi alcançado por uma larga margem, tendo o resultado do indicador ficado em **94,7%**.¹⁹ Obteve-se, assim, uma melhoria significativa num indicador em que o resultado de 2007/08 tinha ficado abaixo do desejado (83,5%).

Este resultado voltou a ser melhor que o registado entre os alunos dos Cursos Científico-Humanísticos, que se cifrou em apenas 73,9%. Globalmente, entre os finalistas da Escola, incluindo os que estiveram a frequentar disciplinas atrasadas de anos anteriores, a taxa de diplomados fixou-se em 83,2%, correspondendo a mais 213 jovens habilitados com o 12º ano. Neste número não foi contabilizado um aluno que anulou toda a matrícula antes do final do ano lectivo, com o qual se fez um total de 214 novos diplomados com o 12º ano.²⁰

Calculada a *Taxa de Retenção e Desistência* no 12º ano, para a ESCT, apurou-se um valor de 19,6%, melhor que o de 2007/08, que tinha sido de 20,5%. Infelizmente, até à data de termo da elaboração deste relatório, ainda desconhecemos os valores médios nacionais para estas taxas.²¹

2.5 – Obter nos exames nacionais, entre os alunos internos dos cursos orientados para o prosseguimento de estudos, médias de exame superiores às médias nacionais.

Nos cursos Científico-Humanísticos, os resultados dos Exames Nacionais obrigatórios são críticos para o sucesso escolar dos alunos e para os seus percursos académicos. Nesse sentido, ao observar este indicador monitoriza-se o aspecto mais determinante do percurso escolar destes alunos, quer no nível secundário, quer para a continuação do seu percurso académico. Globalmente, o desempenho nos exames nacionais foi positivo em termos absolutos, todavia, numa comparação com os resultados nacionais, o desempenho dos alunos da ESCT ficou abaixo do esperado.

Em 2008/09, os alunos internos da ESCT realizaram exames nacionais obrigatórios em 9 disciplinas. Nesse conjunto, a média obtida foi positiva em seis disciplinas e negativa em três. A nível nacional, a média negativa só ocorreu em duas disciplinas. Comparando as médias obtidas, disciplina a disciplina, verifica-se que a ESCT teve médias superiores às nacionais em apenas quatro casos (História A, Biologia e Geologia, Física e Química A e Matemática Aplicada às Ciências Sociais) e médias inferiores às nacionais em cinco casos (Português, Matemática A, Economia A, Geografia A e Literatura Portuguesa).²² Comparativamente com 2007/08, este resultado é inferior, já que nesse ano as diferenças positivas tinham predominado. Com excepção da Economia A e da Geografia A, onde os desvios foram pronunciados e ambos pela negativa, nas restantes situações as diferenças são

¹⁹ Cf. anexo 9.

²⁰ A discrepância para o número calculado pela MISI (anexo 14) explica-se pela diferente contagem de alunos finalistas que estiveram a frequentar disciplinas atrasadas e a concluir os respectivos cursos em ano não terminal.

²¹ Cf. anexo 6.

²² Cf. anexo 11.

pequenas. Por outro lado, a média global ponderada (108,0) manteve-se positiva, embora também abaixo do resultado de 2007/08 (114,8). Ainda assim, não pode deixar-se de concluir que os resultados obtidos neste indicador foram fracos e que o objectivo não foi atingido.

Relativamente aos exames nacionais, como nota mais positiva, embora não pertinente para este indicador, deve salientar-se o facto de 11 alunos internos terem conseguido com sucesso, através de exames, substituir disciplinas e alterar percursos formativos, obtendo os seus diplomas de 12º ano no mesmo ou em curso diferente do frequentado.

2.6 – Garantir taxas de empregabilidade a 6 meses e 1 ano superiores à média global obtida nas escolas do ensino regular da região (NUT II), entre os diplomados dos cursos qualificantes.

A monitorização deste indicador mostra-se de difícil concretização, quer pela dificuldade de obter dados locais, quer pela dificuldade de obter dados regionais. Embora se mantenha o trabalho de desenvolvimento de uma plataforma digital, acessível via Internet, para receber *feed-back* directo dos diplomados da ESCT sobre a sua situação em termos de actividade laboral ou formativa, não foi ainda possível a sua concretização. A este propósito, talvez a CAL deva equacionar a substituição deste indicador.

2.7 – Promover a paridade de matrículas em cursos de prosseguimento de estudos e em cursos qualificantes de nível secundário até 2010/11.

Nas matrículas efectuadas em 2006/07, para o ano de 2007/08, a distribuição percentual de matrículas no ano inicial dos dois tipos de cursos foi de 61,4% para os Cursos Científico-Humanísticos (CH) e de 38,6% para os Cursos Profissionais (CP). Posteriormente, o processo de matrículas lançado em 2007/08 (1º ano de contrato), traduziu-se, em 2008/09, numa distribuição mais convergente com o objectivo traçado, ou seja, o peso das matrículas nos CH desceu para 59,3% e o das matrículas nos CP subiu para 40,7%.²³ Entretanto, o processo de matrículas lançado em 2008/09, para o ano lectivo de 2009/10, fixou-se até agora num resultado de 59,0% para os CH e de 41,0% para os CP. ²⁴ Tratando-se de um indicador de convergência, pode concluir-se que a progressão está a evoluir no sentido desejado. Todavia, parece também evidente que a progressão é incipiente. A este facto não são alheias as limitações derivadas da falta de capacidade das instalações existentes. Note-se que as turmas dos CP, tendo menos alunos, ocupando mais horas de formação e exigindo espaços funcionais mais diferenciados, apresentam maiores exigências em termos de instalações. Nesse sentido, a disponibilidade de novas instalações, em resultado do Programa de Modernização em curso, deverá dar novo fôlego a esta meta. Aliás, antecipando essa disponibilidade, apostou-se já numa maior

²³ Cf. anexo 2.

²⁴ Cf. anexo 10.

diversificação da oferta formativa, dando seguimento ao compromisso assumido no Contrato de Autonomia.²⁵

2.8 – Obter a colocação de mais de 85% dos candidatos à 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público ou, pelo menos, um valor superior à média que em cada ano for obtida no conjunto das escolas do actual Agrupamento de Exames de Guimarães.

Este objectivo foi plenamente atingido. Na 1ª fase do concurso de acesso ao ensino superior público **foram colocados 91% dos candidatos da ESCT**,²⁶ valor bem acima do objectivo e dos 87% obtidos no Agrupamento de Exames²⁷ ou dos 86% de colocados a nível nacional.²⁸

Repetem-se, assim, os excelentes resultados obtidos da estratégia de informação e apoio às candidaturas promovidos pelo SPO, justificando o investimento feito na sua constituição com origem no Contrato de Autonomia. Com efeito, a existência deste recurso especializado, conjugado com o planeamento e execução de um conjunto de acções tendentes a prevenir candidaturas mal sucedidas e com um investimento muito forte na assistência e incentivo ao uso do processo de candidatura on-line, teve como corolário a repetição da melhor taxa de sucesso nas candidaturas (em 2007/08 também se obteve uma taxa de 91%) e do segundo melhor resultado absoluto de sempre (145 colocados). Um outro sinal positivo que se mantém é uma taxa de concretização da intenção de candidatura superior à do conjunto do agrupamento de exames.²⁹

3 – Incrementar a qualidade do uso dos tempos escolares.

Nesta área de intervenção, a maior parte dos objectivos operacionais estão dependentes da resolução dos problemas de sobrelotação da ESCT, do funcionamento em regime normal e da disponibilidade de equipamentos e espaços específicos hoje inexistentes. Consequentemente, tal como no ano anterior, neste relatório de progresso não nos vamos debruçar sobre os indicadores de monitorização referenciados com os números 3.3, 3.4 e 3.5.

Ainda assim, o ano de 2008/09 marca o arranque das obras de modernização da escola, num calendário antecipado em alguns meses em relação às previsões iniciais para esta 2ª fase do Programa de Modernização das Escolas Secundárias que está a ser levado a cabo pela Parque Escolar, EPE. No caso da ESCT, a data da consignação da obra foi o dia 20 de Maio de 2009, estando previsto um período de execução de 18 meses, o que permite esperar que o ano de 2010/11, seja já, na sua maior parte, de uso pleno das novas instalações e equipamentos.

²⁵ Cf. nº 5 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

²⁶ Cf. anexo 12.

²⁷ Cf. anexo 13.

²⁸ Valor divulgado pelo MCTES em nota à imprensa.

²⁹ Cf. anexos 12 e 13.

Ainda assim, estão já lançadas as bases para um efectivo alargamento das actividades de enriquecimento curricular e apoio educativo aos alunos. No sentido de proporcionar um primeiro ponto de referência para os próximos anos lectivos registe-se, relativamente a 2008/09, a afectação de 1923 tempos de *Apoio na Sala de Estudo*, de 891 tempos através de aulas de *Apoio e Orientação Educativa* pelos DT; de 1923 tempos de *Apoio à Pesquisa Bibliográfica Orientada* na Biblioteca; e de 5591 tempos em *Apoios Individualizados*. Só neste último caso, contabilizaram-se 6635 presenças de alunos para trabalho individualizado com os próprios professores, visando o reforço das aprendizagens e a superação de dificuldades identificadas em contexto de aula.

Em acções de enriquecimento curricular, destaca-se o *programa de apoio à preparação dos alunos autopropostos para os exames nacionais*, em que funcionaram grupos de preparação para os exames de *Economia A, História A, Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Biologia e Geologia*, maioritariamente integrados por alunos que procuravam reformular percursos formativos ou realizar provas específicas não contempladas nos seus planos curriculares. Entre o final do ano lectivo e as datas dos exames, concretizou-se, ainda, o habitual *programa de sessões de preparação para os exames nacionais* destinado aos alunos internos. No conjunto, estes programas direccionados para os exames proporcionaram um volume de 2718 tempos de apoio (nº de horas x nº de alunos).

Na área da educação de adultos, importa também deixar nota de um total de 359 tempos de atendimento individualizado, para apoio ao desenvolvimento dos portefólios individuais.

Entretanto, apesar de fortemente condicionados pela inexistência de salas de aula livres na maior parte dos blocos (tempos) lectivos, fazendo uso das competências próprias reconhecidas no Contrato de Autonomia, foi mantido o sistema de permuta, transferência e reposição de aulas que permitiu aos docentes assegurar o cumprimento integral de todos os planos de formação e a prestação plena do serviço de aulas, mesmo nos casos em que a perda de aulas foi motivada por dificuldades que são responsabilidade da administração central e regional, concretamente no que diz respeito a atrasos na colocação de docentes.

3.1 – Garantir taxas de aulas previstas e ministradas superiores a 96% em todos os anos.

Este objectivo foi plenamente atingido, tendo aquela meta sido claramente superada em todos os anos de escolaridade, ficando o valor global situado em 99,2%.³⁰ Embora este valor seja ligeiramente menor que o do ano anterior, ele não pode deixar de ser contextualizado num ano marcado por alguma conflituosidade laboral com impacto nas actividades lectivas. Todavia, importa salientar que as aulas perdidas por motivos não imputáveis aos docentes, nomeadamente os atrasos nas colocações ou substituições de professores, foram compensados em grande escala. Em balanço

³⁰ Cf. anexo 15.

final, podemos dizer que das 53.788 aulas previstas ficaram por leccionar 418 (0,8%) recuperando-se a maior parte das 1017 (1,9%) perdidas por motivos não imputáveis aos docentes.

3.2 – Garantir taxas de aulas previstas e ministradas superiores a 95% em todas as disciplinas/turmas e superiores a 98% em todas as disciplinas sujeitas a exames nacionais.

O objectivo foi atingido num patamar elevado em ambos os casos. Num conjunto de 375 disciplinas/turmas não sujeitas a exame nacional cerca de **96%** (359) realizaram mais do que 95% das aulas previstas. Aliás, na esmagadora maioria dos casos (76%) foi atingido ou até superado o pleno de 100% de aulas leccionadas. São, também, em maior número os casos em que essa marca foi superada (22) do que aqueles em que o objectivo inicial não foi cumprido (16).

Por outro lado, no conjunto das 92 disciplinas/turmas de todos os anos de escolaridade que, no seu ano terminal, são sujeitas a exame nacional obrigatório, o objectivo de garantir mais de 98% de aulas leccionadas foi atingido em menor grau, isto é, em cerca de **86%** (79) dos casos, tendo-se 13 casos abaixo do desejado, embora nenhum deles se tenha verificado nos anos terminais (9º e 12º). Numa análise mais fina, verifica-se que 12 deles registaram taxas de 96,6% a 97,9% e que apenas numa turma (Geometria Descritiva A do 10ºano) se verificou um valor muito abaixo do objectivo (90,6%). Resta referir que, em ambos os casos, o grau de consecução dos objectivos foi inferior ao obtido no ano anterior. Demoras excessivas na substituição ou colocação inicial de docentes, bem como situações de baixa médica de outros, prejudicaram este desempenho. A estes resultados também não é alheio o clima de maior conflituosidade laboral que se viveu em 2008/09.

4 – Promover a igualdade de oportunidades.

Esta área de intervenção é central para a missão de serviço público da ESCT. Na verdade, mesmo que consiga ser uma excelente Escola, só será uma excelente Escola Pública se atingir os objectivos de promoção da equidade e da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, importa verificar o cumprimento do compromisso assumido pela ESCT no Contrato de Autonomia, no sentido de promover a integração dos mais desfavorecidos e de se orientar por critérios de melhoria da igualdade de oportunidades, de não discriminação e de promoção da coesão social.³¹

4.1 – No que diz respeito aos jovens, garantir entre os mais desfavorecidos níveis de realização dos objectivos e metas definidas nos números anteriores iguais ou superiores aos dos restantes alunos.

Conforme estabelecido, tal como no ano anterior, para aferição dos resultados obtidos, procedemos à desagregação e comparação dos indicadores relativos ao abandono e ao sucesso

³¹ Cf. nº 6 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

escolar, contando o número de casos em que o grupo dos alunos mais desfavorecidos teve um resultado superior, igual ou inferior ao do conjunto dos alunos da Escola.

No que diz respeito ao **objectivo 1.1**, tal como no universo de alunos do 3º CEB, também **não houve abandonos entre a população AASE** desse nível de ensino, mantendo o excelente resultado de 2007/08.³²

No **objectivo 1.2** a *saída antecipada durante o ano lectivo* foi mais baixa na população AASE (**0,0%**) do que no grupo geral (0,7%).³³ O mesmo resultado se verificou no indicador final *Taxa de Saída Antecipada*, melhorando o que se havia registado em 2007/08, em que o resultado final entre a população AASE foi pior que o do conjunto total de alunos. (5,0% vs 3,9%).

Em síntese o combate ao *Abandono Escolar Precoce* e à *Saída Antecipada* entre a população AASE registou o melhor resultado que pode ser alcançado – **taxas nulas**.

O **objectivo 1.3**, relativo ao *abandono escolar durante o ano lectivo, entre os alunos do 10º ano*, foi cumprido na população AASE desse ano de escolaridade e com um resultado muito melhor que o do total de alunos do 10º ano (**2,7%** vs 6,1%).³⁴ Sublinhe-se, ainda, a grande melhoria relativa em relação a 2007/08 em que aquela taxa entre a população AASE do 10º ano se havia fixado em 6,2%.

Relativamente ao **objectivo 1.4** os cinco alunos pertencentes à população AASE que haviam reprovado em 2008/09 estão matriculadas em 2009/10, tendo ainda sido recuperado um dos que haviam anulado a matrícula durante o ano escolar, fixando o resultado parcelar em **120%**, ainda assim um pouco abaixo do resultado obtido no total dos alunos do 10º ano (120% vs 127%). Note-se que este resultado representou uma melhoria do indicador de 2007/08 que se havia fixado em 100%.

No 11º ano, o **objectivo 1.5** de contenção do abandono durante o ano lectivo foi cumprido entre a população AASE com um melhor desempenho que o do conjunto total (**1,5%** vs 1,6%).³⁵ A este propósito, importa ainda lembrar que também foi melhorado o resultado de 2007/08 que se havia situado em 2,6%.

Assim, se tivermos em conta que também no 12º ano a população AASE teve um nível mais baixo de abandono ao longo do ano lectivo (**2,3%** vs 3,3%), podemos afirmar que, **no nível de ensino secundário, os objectivos de combate ao abandono desqualificado foram alcançados, ainda com maior sucesso, entre a população de alunos que beneficiaram de auxílios económicos da ASE.**

³² Cf. anexo 3.

³³ Cf. anexo 3.

³⁴ Cf. anexos 6 e 7.

³⁵ Cf. anexos 6 e 8.

No que diz concerne aos objectivos de sucesso escolar, tal como em 2007/08, a população de alunos que beneficiou de auxílios económicos da Acção Social Escolar (AASE), obteve, genericamente, resultados melhores que a média geral.

Assim, quanto ao **objectivo 2.1**, a população AASE do 3º CEB também obteve a taxa máxima de aprovação (100,0%).³⁶

No que toca às taxas de aprovação no nível secundário, na comparação entre as taxas específicas da população AASE e as do universo de alunos, verifica-se, para cada um dos anos, o seguinte: no 10º ano – **97,2%** vs 95,6%; no 11º ano - **97,0%** vs 97,9%; no 12º ano - **86,2%** vs 83,2% e no conjunto do Ensino Secundário – **93,9%** vs 92,5%. Isto significa que o **objectivo 2.2** foi atingido e o **objectivo 2.3** não foi atingido por uma muito pequena margem. Comparando com 2007/08, verifica-se um ligeiro decréscimo no 10º ano (0,8%), uma descida de 3% no 11º ano e uma subida de 2,4% no 12º ano. Porém, ainda assim, pode afirmar-se com clareza que **foi novamente obtido um excelente resultado ao nível das taxas de aprovação da população AASE que frequentou o Ensino Secundário**.³⁷ Saliente-se que mais de metade (112 em 217) dos novos diplomados com o 12º ano foram alunos apoiados pela Acção Social Escolar.

No que se refere ao **objectivo 2.4**, a população AASE de alunos finalistas do ensino secundário (63 alunos) obteve uma taxa de conclusão de **96,9%**, acima do resultado geral e do resultado tangencial obtido em 2007/08 que foi de 86,1%, superando claramente um objectivo em que se tinham registado algumas dificuldades.³⁸

No que diz respeito ao indicador de paridade de ingressos em ofertas gerais e ofertas qualificantes (**objectivo 2.7**), no ano de 2008/09, conseguiu-se que o rácio de matrículas nos *cursos de prosseguimento de estudos* (CPE) e nos *cursos qualificantes* (CQ) ficasse mais perto do objectivo que no conjunto dos alunos do 10º ano. Assim, entre a população AASE a distribuição existente aponta para **53,5% nos CPE e 46,5% nos CQ**, melhorando também o indicador de 2007/08, que era de 55% vs 45%.

Finalmente, no que diz respeito à taxa de colocação no ensino superior (**objectivo 2.8**), entre a população AASE verificou-se que 52 dos 57 candidatos foram colocados (**91,23%**), o que corresponde a uma taxa de colocação muito ligeiramente acima da média geral da ESCT (91,19%) e, também, da obtida pela população AASE do ano anterior (91,11%).

Em suma, para o **indicador 4.1**, que se erige no compromisso de promover a igualdade de oportunidades, conclui-se que **a população AASE da ESCT teve resultados superiores aos obtidos**

³⁶ Cf. anexo 3.

³⁷ Cf. anexo 6.

³⁸ Cf. anexo 9.

pelo seu universo de alunos jovens em 9 objectivos específicos (1.1, 1.2, 1.3, 1.5, 2.1, 2.2, 2.4, 2.7 e 2.8) relacionados com o combate ao abandono e com a promoção do sucesso escolar. O inverso ocorreu em apenas dois daqueles objectivos (1.4 e 2.3). Porém, em ambos os casos, importa salientar que os resultados específicos obtidos superaram largamente o objectivo geral definido, não devendo, por isso, deixar de ser tomados como um sucesso relevante.

Em síntese deste importante ponto, podemos afirmar que a ESCT está a cumprir com um excelente desempenho a missão de promover a igualdade de oportunidades, logrando resultados muito relevantes de sucesso e combate ao abandono desqualificado, quando comparados com as médias nacionais, numa escola que, em 2008/09, teve uma população discente abrangida pelos auxílios económicos da Acção Social Escolar que incluiu 49,3% dos alunos do ensino secundário e 55,3% dos alunos do 3º ciclo, muito acima das médias nacionais que foram estimadas em 26,6%, para o secundário, e em 44,7%, para o básico.

4.2 – No que diz respeito aos adultos, aproximar, até 2010/11, o número de certificações de adultos do número de certificações de jovens realizado em cada ano escolar.

No período correspondente ao ano escolar 2008/09 a ESCT concluiu **277 novas certificações de jovens** (60 com o nível básico - 3º ciclo e 217 com o nível secundário). No mesmo período concluiu-se a **certificação de 211 adultos**: Através de CEFA, foram certificados 14 adultos com o nível básico de 2º ciclo; através de processos de RVCC, foram certificados 5 adultos com o nível básico de 2º ciclo, 141 com o nível básico de 3º ciclo e 51 com o nível secundário,

Tratando-se de um indicador de convergência, cujo rácio se calcula, para o ano lectivo de 2008/09, em **76%**, importa salientar a melhoria obtida em relação ao valor registado no ano de 2007/08, que foi de 58% (152/263). Note-se ainda que, em 2008/09, foram lançados Cursos EFA de nível Secundário que só produzirão resultados pertinentes para este indicador em 2010/11.

Entretanto, visando dar seguimento ao compromisso assumido pela ESCT³⁹, além das oportunidades de formação formal que resultaram naquelas certificações de adultos e estão a contribuir para muitas outras, importa registar a diversificação de ofertas de formação não formal e informal, designadamente através de: 2 oficinas de educação extra-escolar apoiadas por bolsas suportadas pela DREN – uma de Linguagem e Comunicação e uma de Alfabetização, articulada com a estrutura local do RSI; uma oficina de formação em TIC para adultos promovida por docentes da ESCT no âmbito da sua componente não lectiva de estabelecimento. Todavia, o grande destaque deve ser dado às parcerias com entidades formadoras externas que proporcionaram a realização, na ESCT, de 27 Formações Modulares Certificadas, duas de 25 horas e as restantes vinte e cinco de 50 horas cada,

³⁹ Cf. nº 7 do Art. 4º do Contrato de Autonomia.

correspondendo a 22.900 horas de formação de adultos. Neste sentido, pode afirmar-se que o trabalho do CNO da ESCT, tem, para além da valência de reconhecimento e validação de competências da população adulta, um trabalho intenso ao nível da formação e da promoção da aquisição de novas competências por esses adultos. Note-se que esse trabalho é ainda complementado com a operacionalização dos protocolos de encaminhamento de adultos para a frequência de Cursos EFA noutras escolas e instituições a actuar no território.

5 – Qualificação dos recursos humanos internos.

Nesta área de intervenção registaram-se melhorias significativas, nomeadamente, em consequência da reorganização dos Centros de Formação de Associações de Escolas e pela retoma da capacidade de promover acções de formação contínua de pessoal docente e não docente.

5.1 – Apoiar a formação especializada ou pós-graduada dos recursos humanos docentes, tendo em vista atingir, até 2010/11, a qualificação acrescida de, pelo menos, um terço do corpo docente.

Em 2008/09 a percentagem de profissionais docentes com qualificações acrescidas a uma licenciatura cifrou-se em **12,9%**, representando um pequeno incremento do perfil registado no ano anterior (12,4%). Apesar de mais docentes terem concluído pós-graduações, o grande crescimento do quadro de pessoal, principalmente ao nível de docentes de técnicas especializadas, relativizou este acréscimo. Entretanto, face à recomposição dos quadros de Escola, em resultado do concurso nacional, em que foram abertos 19 novos lugares de professor e encerrado um, continuou-se a apostar em criar condições, ao nível da distribuição de serviço docente, para compatibilizar o cumprimento dos deveres profissionais com a frequência de pós-graduações e/ou a realização dos concomitantes trabalhos de investigação.

5.2 - Apoiar o reforço das qualificações escolares do pessoal não docente, tendo em vista atingir, até 2010/11, a qualificação acrescida com, pelo menos, mais um nível de ensino não superior face à situação actual.

No final do ano de 2008/09, está realizado em **76%** este objectivo de reforçar as qualificações escolares do pessoal não docente que não detém o 12ºano. Com efeito, nestes dois anos de execução do Contrato de Autonomia, o pessoal não docente em exercício de funções tem vindo a melhorar as suas qualificações escolares, as quais já foram incrementadas com mais 18 níveis, correspondendo a 12 colaboradores que subiram as suas habilitações escolares em pelo menos um nível de escolaridade acima do que detinham no final do ano de 2006/07. A maior parte dos acréscimos de qualificação fizeram-se através de ofertas próprias da ESCT (EFA e RVCC), envolvendo adaptação de horários de trabalho, prioridade na inserção em processo formativos e outros incentivos.

Por outro lado, a melhoria do grau de qualificação do corpo de pessoal não docente tem-se feito também pelo ingresso de novos colaboradores mais qualificados, entre eles, vários da carreira de técnico superior, já com habilitações de licenciatura ou mestrado.

Assim, enquanto em 2006/07 havia cerca de 55% de colaboradores não docentes com habilitações de 1º ou 2º ciclo, essa proporção desceu para 29% no final de 2007/08 e para cerca de 13% no final de 2008/09.

5.3 - Investir na qualificação técnica e tecnológica de todos os recursos humanos internos, nomeadamente no uso dos recursos digitais e dos meios informáticos pertinentes para o desempenho das suas funções.

Este objectivo continuou afectado pela escassez da oferta do sistema de formação contínua creditada e financiada promovida pelos Centros de Formação de Associações de Escolas. Durante grande parte do ano de 2008/09 e, em especial, no seu início, a oferta continuou dominada pelas questões da Avaliação do Desempenho Docente. A focalização temática da formação contínua creditada resultou numa restrição indesejável do leque de docentes envolvidos. Apenas na fase final do ano lectivo, foi possível envolver uma maior diversidade de docentes, num, também, mais diverso leque de áreas de formação. Ainda assim, concretizou-se um volume de formação contínua promovida ou apoiada pela ESCT maior do que em 2007/08 (2123h vs 1349h), perfazendo um total de **1407 horas de formação contínua de Pessoal Docente e 716 horas de formação de Pessoal Não Docente**, com o apoio de diversas entidades.

Naturalmente, não estão aqui contabilizados os tempos de formação realizados, em especial, pelos docentes, por sua iniciativa, noutros centros de formação. Ainda assim, e apesar da melhoria do volume, o rácio interno de envolvimento em acções de formação promovidas ou apoiadas pela ESCT é particularmente baixo entre o pessoal docente, retirando à ESCT a participação no desenvolvimento profissional dos seus docentes e, conseqüentemente, um importante instrumento de gestão estratégica dos seus projectos de desenvolvimento.

5.4 - Diversificar e complementar as competências humanas existentes, através do recrutamento ou aquisição de serviços de outros técnicos cujos contributos se julgam pertinentes para o desenvolvimento da missão da Escola, com prioridade para um Psicólogo, um Assistente Social e um Animador Cultural.

Nesta área de intervenção, e directamente derivado do Contrato de Autonomia, deve assinalar-se a reconstituição do SPO, sendo que em 2008/09, foi já possível contratar uma Psicóloga e uma Assistente Social, para constituir um SPO a funcionar a tempo inteiro, superando uma carência que, durante muito tempo, apenas foi parcialmente atenuada através do recurso a projectos co-financiados,

enquanto existiram.⁴⁰ Entretanto, logo no início do ano lectivo, a equipa do CNO foi reforçada com a contratação de 6 Técnicos Superiores (3 Profissionais de RVC e 2 Técnicos de Diagnóstico e Encaminhamento). Como nota mais negativa, fica o protelamento da contratação dos administrativos para o CNO, que, mais tarde, veio a ficar circunscrito a uma unidade.

Para o ano lectivo de 2009/10 e nos termos do contrato, já foi solicitada e autorizada a reconstituição do SPO, bem como o seu reforço com um Animador Sociocultural.

Assim, podemos reiterar a afirmação de que está em curso a diversificação dos recursos humanos da Escola estabelecida no Contrato de Autonomia.

II - Compromissos do Ministério da Educação.

No que concerne aos compromissos do Ministério da Educação (ME), deve ser salientada a antecipação do lançamento das obras da ESCT, no âmbito da 2ª Fase do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, através das quais deverá ser assegurada a resolução dos problemas de sobrelotação da ESCT e garantido o seu funcionamento futuro em regime normal; a requalificação dos espaços, estruturas e equipamentos existentes; e a construção de funcionalidades inexistentes, como o Pavilhão Gimnodesportivo ou o Auditório.⁴¹

Saliente-se ainda a autorização atempada para a reconstituição do SPO, por contratação de escola, dotando-o dos recursos humanos previstos para 2009/10.⁴² Contudo, nesta matéria, devemos insistir na criação de um mecanismo que permita a prorrogação destes contratos, nos casos em que isso seja do interesse de ambas as partes.

Por outro lado, deve ser registado o reforço orçamental de 19.893€, resultante da conversão em equivalente financeiro da possibilidade de proceder à contratação de meios humanos adicionais para apoio à equipa de gestão ou para dinamização de projectos, relativa ao ano de 2007/08. A breve trecho, deverá ser solicitada a disponibilização, no orçamento de 2010, do equivalente financeiro relativo ao ano de 2008/09, onde se tomou idêntica opção de gestão, no sentido de dotar a ESCT de fundo financeiro capaz de amortecer as incertezas e atrasos dos reembolsos de projectos co-financiados.

Finalmente, entre os aspectos mais positivos em 2008/09, deve ser assinalado o accionamento da possibilidade de recurso ao mecanismo de mobilidade especial para renovação dos destacamentos

⁴⁰ Note-se que no ano de 2007, não houve abertura de concursos PRODEP para financiamento de projectos nesta área, pelo que apenas houve capacidade para manter a colaboração de uma Psicóloga, em regime de prestação de serviços, durante os primeiros meses do ano civil, com recurso a receitas próprias.

⁴¹ Cf. nºs 2.1 a 2.7 do Art. 5º do Contrato de Autonomia.

⁴² Um Psicólogo, um Assistente Social e um Animador Sociocultural. Cf. nº 3 do Art. 5º do Contrato de Autonomia.

de professores dos quadros que estavam envolvidos no Projecto do CNO.⁴³ O recurso a este mecanismo permitiu a continuidade da colaboração de três professores, que não pertencem aos quadros da ESCT, num projecto em que deram provas de qualidade e contributos de elevada valia. Nesse sentido, não restam dúvidas que esta possibilidade deve ser alargada a outros projectos e a docentes com outros tipos de vínculo.

Como nota mais negativa e a exigir rápida intervenção normativa, devemos referir o problema do recrutamento de recursos humanos docentes. No final de Agosto de 2009, tal como ocorreu com todas as Escolas com Contrato de Autonomia e TEIP's, foi a ESCT informada, que deveria recorrer ao mecanismo de contratação de Escola, ao abrigo do DL 35/2007, para suprir a maior parte das necessidades residuais já identificadas nos grupos de docência, para efeitos de colocação de docentes pelos serviços centrais do ME. Entretanto, face à divulgação pública dos resultados do concurso nacional, constatou-se que havia ainda que compensar as saídas por destacamento.

Assim, inopinadamente, e muito em cima do início das actividades escolares, gerou-se um enorme volume de trabalho de recrutamento de recursos humanos docentes, acrescendo aos processos de recrutamento por oferta de escola dos docentes de técnicas especializadas e dos horários de substituição temporária que já estavam previstos.

No caso da ESCT, até à data de termo deste relatório, já se realizaram 40 processos de recrutamento por oferta de Escola, incluindo vários para um mesmo grupo de recrutamento e, em certos casos, mais do que um para o mesmo horário. Estes contratemplos provocaram grandes atrasos no início das aulas de algumas disciplinas, bem como uma sobrecarga de trabalho dos elementos da Direcção e demais docentes que constituem os júris das entrevistas de selecção (Coordenadores de Departamento, Coordenadores de Secção Curricular e Directores de Curso).

Ao abrir as ofertas nos Grupos de Recrutamento após o concurso nacional, viram-se estas Escolas privadas do concurso dos docentes mais experientes e graduados e, muito particularmente, de muitos daqueles que entretanto nelas haviam colaborado, por terem sido colocados noutras escolas, uma vez que lhes foi vedado o acesso a estas. Por outro lado, no caso concreto da ESCT, que não será único, os processos de recrutamento revelaram-se muito difíceis de levar a termo, por via da sistemática falta de comparência da maioria dos candidatos às entrevistas de avaliação curricular que integram a fase final do processo adoptado nesta Escola. Com efeito, num conjunto de 266 candidatos convocados para entrevistas 160 (60%) faltaram, 6 (2%) foram excluídos pelos júris, por terem prestado informações incorrectas na candidatura e apenas 100 (38%) foram avaliados. Consequentemente, em vários processos de recrutamento, os júris de selecção viram a sua escolha

⁴³ Numa primeira fase esta possibilidade foi aberta apenas às escolas com Contrato de Autonomia, mais tarde a medida veio a ser alargada a todas as escolas com CNO.

reduzida a um único candidato. Agravando esta situação, registaram-se diversas recusas, por parte dos candidatos, de assumir os lugares para que haviam concorrido e sido seleccionados, bem como denúncias ou desistências dos contratos no período experimental.

Reiterando a defesa do aprofundamento das competências locais de recrutamento directo de professores, importa acautelar fórmulas jurídicas que confirmem sustentabilidade e estabilidade aos processos.

Nesse sentido, deve equacionar-se uma realização antecipada desses processos (sempre prévia ao concurso nacional), bem como **a absoluta necessidade de possibilitar a prorrogação dos contratos dos docentes que se mantenham necessários, em todos os casos em que foi imperativo o recurso à contratação** de escola, desde que haja vontade de ambas as partes. Pudemos ainda concluir, sem margem para dúvida, que a excessiva abertura do processo de registo de candidatos, sem qualquer validação prévia por parte de entidade capaz, afecta gravemente a fiabilidade dos dados relativos aos requisitos habilitacionais dos mesmos, aumentando a entropia do processo e criando candidaturas fictícias. Nesse sentido, parece-nos de todo imprescindível que os dados essenciais do perfil habilitacional e profissional dos candidatos sejam previamente validados no momento do registo como candidato. Por outro lado, parece-nos que nada obsta a que todos os horários de um mesmo Grupo de Recrutamento sejam incluídos numa única oferta.

A este propósito, por se tratar de matéria de relevância superior e com forte impacto, solicita-se à CAL o envolvimento no sentido da superação destas dificuldades em tempo útil e capaz de libertar o próximo ano lectivo destes impactos negativos.



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Acompanhamento Local

Isto é o essencial do que importa reportar, para as finalidades previstas no Art. 8º da Portaria nº 1260/2007, de 26 de Setembro, sem prejuízo da prestação de todos os esclarecimentos adicionais que a Comissão de Acompanhamento Local a que superiormente preside entenda necessários ou pertinentes, para efeitos de posterior divulgação pública.

Caldas das Taipas, 20 de Outubro de 2009.

O Director da
Escola Secundária de Caldas das Taipas

(José Augusto Ferreira Araújo)

Relação de Anexos

Anexo 01 - Quadro dos Indicadores de Monitorização.

Anexo 02 - Turmas e Alunos 2008-09.

Anexo 03 - Resultados Finais dos Alunos do 3ºCEB.

Anexo 04 - Resultados Finais dos Alunos do 8ºAno.

Anexo 05 - Resultados Finais dos Alunos do 9ºAno.

Anexo 06 - Resultados Finais dos Alunos do Ensino Secundário.

Anexo 07 - Resultados Finais dos Alunos do 10ºAno.

Anexo 08 - Resultados Finais dos Alunos do 11ºAno.

Anexo 09 - Resultados Finais dos Alunos do 12ºAno.

Anexo 10 - Turmas e Alunos 2009-10.

Anexo 11 – Médias dos Alunos Internos nos Exames Nacionais.

Anexo 12 - ESCT - Acesso Ensino Superior 2009 – 1ª Fase.

Anexo 13 - AEG - Acesso Ensino Superior 2009 – 1ª Fase.

Anexo 14 - Síntese Resultados Finais 2008-09 MISI.

Anexo 15 - Taxas de Execução das Aulas Previstas.